



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Escola do Poder Judiciário

EDITAL Nº 65/2023

O Desembargador **Elcio Sabo Mendes Júnior**, Diretor da Escola do Poder Judiciário – ESJUD, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, faz saber pelo presente Edital que as inscrições estarão abertas para a mesa-redonda "**Representatividade Negra no Sistema de Justiça**", conforme as regras a seguir:

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. **Formação:** Mesa-redonda "Representatividade Negra no Sistema de Justiça".

1.2. **Modalidade:** Remota (com encontro ao vivo pelo *Google Meet*).

1.3. **Carga horária:** 1,5 h/a.

1.4. **Realização:** 14 de novembro de 2023.

1.5. **Horário:** das 14h às 15h30m (horário local, Acre).

1.6. **Local de realização:** Transmissão pelo *Google Meet*.

1.7. **Inscrições:** de 10 a 13 de novembro de 2023.

1.8. **Objetivo:** Adoção e compartilhamento de práticas e ações voltadas à correção das desigualdades raciais, ampliando a capacidade do Poder Judiciário de diálogo com os demais órgãos do Sistema de Justiça e de interlocução com os movimentos sociais organizados.

1.9. **Justificativa:** O Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial consiste na adoção de programas, projetos e iniciativas a serem desenvolvidas em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição, com o objetivo de combater e corrigir as desigualdades raciais, por meio de medidas afirmativas, compensatórias e reparatórias, para eliminação do racismo estrutural no âmbito do Poder Judiciário. O Pacto Nacional tem por objetivo central o fortalecimento de uma cultura pela equidade racial no Poder Judiciário, a partir de um agir consciente, intencional e responsável, visando à desarticulação do racismo estrutural por meio da adoção de medidas específicas e concretas, de caráter temporário, que assegurem a representação e o desenvolvimento de grupos raciais historicamente privados de condições de igualdade de oportunidades. Diante disso, o curso tem como objetivo promover a adoção e compartilhamento de práticas e ações voltadas à correção das desigualdades raciais, ampliando a capacidade do Poder Judiciário de diálogo com os demais órgãos do Sistema de Justiça e de interlocução com os movimentos sociais organizados..

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1. **Público-Alvo Prioritário:** Magistrados(as), servidores(as) e comunidade jurídica interessada.

2.2 **Número de Vagas:** 80.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Pré-requisitos:

3.1.1. Possuir endereço de correio eletrônico (*e-mail*) válido e atual; o *e-mail* deverá ser de uso exclusivo do(a) aluno(a) e consultado, preferencialmente, diariamente.

3.2. A inscrição será registrada no sistema EmeronWeb, via <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.

3.3. A Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará o controle de frequência dos(as) alunos(as) mediante lista de frequência no evento.

3.4. Ao final da ação educacional a Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará os devidos registros no Sistema EmeronWeb para a liberação da certificação.

4. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

4.1. As vagas serão preenchidas pelo público-alvo do item 2.1 deste edital.

4.2. Para efeito do preenchimento das vagas será considerado o público-alvo descrito no item 2.1 deste Edital, seguido da ordem de inscrição realizada no Sistema de Gestão do Ensino da ESJUD.

4.3. O deferimento de inscrições em número superior à disponibilidade de vagas do item 2.2 será decidido pela Direção da ESJUD.

5. EMENTA

Pacto Nacional do Judiciário. Equidade Racial. Desigualdades raciais. Medidas afirmativas, compensatórias e reparatórias. Racismo estrutural. Cultura institucional. Sistema de Justiça.

5.1 FORMADORAS

Mary Barbosa Eusebio – Advogada, Professora, Palestrante, Mentora de Carreira Previdenciária, Presidente da Comissão de igualdade racial - CIR /OAB-AC. Especialista em Educação para as relações étnico raciais pela UNiAFRO/UFAC Especialista em Direito Previdenciário e previdência Social. Membro do Núcleo de Pesquisa Afro-brasileira e Indígena da Universidade Federal do Acre- NEABI UFAC. Membro da Banca permanente de Heteroidentificação da UFAC. Membro da Rede Brasileira de Educadores em Direitos Humanos - RBeDH. Membro Consultiva da CMA|OAB AC.

Andremara dos Santos – Doutoranda pela Universidade Nova de Lisboa em Direito Constitucional. Mestre em Direito Economico (1998) e em Segurança Pública Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia (2015). Especialista em Segurança Pública pela Universidade Estadual da Bahia e Master pela Università degli Studi di Padova (2015). Especialização em Processo Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia (1996). Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1984). Pesquisadora Convidada do Max-Planck-Institut für Ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht, em Heidelberg, mediante bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian (2001). Estagiária Visitante do Tribunal Geral da União Europeia, então Tribunal de Primeira Instância (2001). Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (1996 - 2011). Juíza da Vara de Execuções Penais da Comarca de Salvador (2007 - 2015). Juíza de Direito Substituta do Segundo Grau do Tribunal de Justiça da Bahia (2015). Juíza Auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (2015). Magistrada Instrutora do Gabinete da Ministra Cármen Lúcia no Supremo Tribunal Federal (2016). Secretária-Geral da Presidência do Supremo Tribunal Federal (2016-2017). Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (2017-2018), onde foi responsável pelas ações de implementação da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na vaga de notório conhecimento das questões de gênero e atuação na luta pela promoção e defesa dos direitos das mulheres (2018-2022). Juíza da 1 Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Salvador (2019). Juíza Auxiliar do Supremo Tribunal Federal no Gabinete da Ministra Cármen Lúcia (2022).

Lúcia Maria Ribeiro de Lima – É doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Pós-graduada em Direito Penal pela Faculdade Damásio. Advogada, com graduação em Direito pela FACULDADE BARÃO DO RIO BRANCO - FAB / UNINORTE. É professora do Curso de Direito da Estácio Unimeta, ministra as disciplinas de Direitos Humanos, Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Penal, dentre outras. É coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica, que atualmente em parceria com o Tribunal de Justiça, através dos Juizados

Especiais Cíveis desenvolve o Projeto Mariri – Imersão em Prática Jurídica que possibilita às discentes e aos discentes vivenciar a prática jurídica. É advogada, com atuação em Direito Penal, Civil, Trabalho, Previdenciário, Administrativo, Infância e Adolescência e Juizados Especiais. Presidiu a Comissão de Direitos Humanos da OAB/Acre. É militante de direitos humanos com ênfase em relações raciais, movimento social negro, antirracismo, mulheres negras e violência contra a mulher. É pesquisadora da questão racial. Foi a 1ª Secretária Adjunta de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Município de Rio Branco, implantou as políticas públicas de promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo. Integrou o Grupo de Trabalho Reforma do Código Penal como especialista convidada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para propor alterações ao anteprojeto do novo Código Penal Brasileiro, nos temas relativos ao racismo e às relações étnico-raciais. Participou de Conferências nacionais, estaduais e municipal e diversos eventos sobre promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo. Possui mais de 15 anos de experiência no ensino de Língua Inglesa para crianças, adolescentes, jovens e adultos. É corredora de rua.

Mediadora do Encontro:

Andréa da Silva Brito – Mestranda em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, ESMAT/UFT/ESJUD - TURMA NORTE. Juíza de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Rio Branco/AC, formada em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa/PB, pós graduada em Violência Doméstica pelo Instituto Superior de Educação da Faculdade CECAP, pós graduada em Gestão de Sistema Penitenciário e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Acre, especialista em Jurisdição Penal Contemporânea e Sistema Prisional pela Escola Nacional de Formação de Magistrados, pós graduada em Teoria da Decisão Judicial e Direitos Humanos pela Escola Judiciária do Acre, Formadora da ENFAM - Escola Nacional de Formação de Magistrados, Formadora da Escola do Poder Judiciário do TJAC, Juíza Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJAC e integrante do Comitê Gestor do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0), Juíza Auxiliar da Presidência do TRE-AC, Coordenadora do Laboratório de Inovação e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável do TRE-AC e formação em Abordagem Design Thinking e Técnicas de Facilitação e estímulo à criatividade.

6. DA CERTIFICAÇÃO

6.1. Terá direito ao certificado de participação na ação formativa o(a) aluno(a) devidamente matriculado(a) na ação educacional e que participe em pelo menos 75% da carga horária do evento.

6.2. O(a) concludente obterá o certificado no Sistema EmeronWeb, acessando o [link https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/](https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/), após preenchimento da Avaliação de Reação.

6.3. **Avaliação de Reação:** Ao final do curso, o(a) estudante apontará o seu grau de satisfação com relação à mesa-redonda.

7. DA METODOLOGIA

7.1. O curso será aplicado de forma remota, no modelo mesa-redonda, com debate entre as palestrantes e a mediadora sobre a fundamentação teórica e as aplicações práticas.

7.2. A atuação do(a) discente consistirá em assistir ao debate promovido.

Data	Atividade
-------------	------------------

<p>Dia 14 de novembro de 2023.</p> <p>Das 14h às 15h30m. (Horário local, Acre).</p>	<p>14h – Abertura – Dr.^a Andrea da Silva Brito, Juíza titular da VEPMA/TJAC. Mestranda em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, ESMAT/UFT/ESJUD.</p> <p>14h10m – Mary Barbosa Eusebio – Advogada. Presidente da Comissão de igualdade racial - CIR /OAB-AC. Membro do Núcleo de Pesquisa Afro-brasileira e Indígena da Universidade Federal do Acre-NEABI UFAC. Membro da Banca permanente de Heteroidentificação da UFAC. Membro da Rede Brasileira de Educadores em Direitos Humanos - RBeDH.</p> <p>14h30m – Lúcia Ribeiro – Advogada militante de direitos humanos com ênfase em relações raciais, movimento social negro, antirracismo, mulheres negras e violência contra a mulher.</p> <p>14h50m – Dr.^a Andremara – Juíza de Direito/TJBA. Membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na vaga de notório conhecimento das questões de gênero e atuação na luta pela promoção e defesa dos direitos das mulheres (2018-2022).</p> <p>15h10m – DEBATE</p> <p>15h30m – Considerações Finais e Encerramento.</p>
---	--

8. DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA

8.1. Tratando-se de atividade a ser realizada remotamente, a ESJUD fará a aferição da presença virtual por meio próprio durante o evento.

9. DA ESTIMATIVA DE GASTOS PARA A REALIZAÇÃO DA MESA-REDONDA

9.1 O curso não afetará o orçamento da ESJUD, haja vista as palestrantes e a mediadora abdicarem do pagamento de hora-aula em prol da disseminação do conhecimento sobre a igualdade racial.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O cancelamento da inscrição poderá ser feito pelo participante até 48 (quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional, mediante envio dessa solicitação ao *e-mail* da Gerência de Administração de Ensino - GEADE: geade@tjac.jus.br.

10.2. A Gerência de Administração de Ensino - GEADE será responsável pelo monitoramento da frequência do(a) aluno(a) em cada aula ministrada no curso e poderá disponibilizar lista de presença a ser assinada pelos(as) participantes, bem como contatar diretamente o(a) aluno(a) faltante para obter informações a respeito de sua ausência.

10.3. O(a) aluno(a) faltoso(a) poderá justificar sua ausência, por meio de envio de *e-mail* à Gerência de Administração de Ensino – GEADE (geade@tjac.jus.br), no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar da última aula de que não participou.

10.4. A GEADE irá repassar a justificativa da ausência à Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD para decisão acerca do acolhimento da justificativa apresentada pelo(a) aluno(a) faltoso(a).

10.5. A Direção da ESJUD poderá, diante de eventual ausência de justificativa de não participação por parte do(a) aluno(a) faltoso(a), substituí-lo(a) por outro(a) aluno(a) constante das vagas remanescentes, o qual será selecionado conforme a ordem de inscrição do curso no Sistema.

10.6. Demais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da ESJUD.

Anexo I

Cronograma

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ETAPA
Em 10 de novembro de 2023.	8h	https://esjud.tjac.jus.br	Publicação do Edital.
De 10 a 13 de novembro de 2023.	Das 8h do dia 9 até as 23h59min do dia 13 de novembro de 2023.	https://esjud.tjac.jus.br	Período de divulgação e inscrições.
14 de novembro de 2023	Das 14h às 15h30m.	Escola do Poder Judiciário do Acre, com transmissão ao vivo pelo <i>Google Meet</i> .	Mesa Redonda: "Representatividade Negra no Sistema de Justiça" .



Documento assinado eletronicamente por **Elcio Sabo Mendes Junior**, Diretor da ESJUD, em 10/11/2023, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **1616972** e o código CRC **B05F4CDB**.